



Colégio de Procuradores de Justiça

## **ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às catorze horas, no salão próprio, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça em sessão ordinária. Ausentes justificadamente os Doutores José Omar de Almeida Júnior, Angélica Barbosa da Silva e Elaine Marciano Pires. Havendo número legal, o Senhor Presidente, José Demóstenes de Abreu, declarou aberta a Sessão, procedendo-se a apreciação da Ata da 17ª Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores. Após observações para correções feitas pelos Doutores João Rodrigues e Leila Vilela decidiu-se colocá-la em aprovação na próxima Sessão. Prosseguindo, o Presidente do Colegiado informou da impossibilidade de homenagear a Doutora Sônia Maria Pinheiro no dia catorze de dezembro de 2006, por questão de ordem orçamentária, mas que outra data será definida para o evento. A Doutora Vera Nilva sugeriu que tal solenidade fosse transferida para a data da posse do Coordenador dos Centros Integrados, o que ficou para ser deliberado em outra oportunidade. Na sequência, o Doutor José Demóstenes abriu discussão para que se definisse a composição da mesa para a posse da Doutora Leila Vilela no cargo de Procuradora-Geral de Justiça, haja vista o reduzido número de assentos para as autoridades que se farão presentes à solenidade, em virtude do acréscimo no número de Procuradores de Justiça. O Doutor Clenan Renaut sugeriu que as autoridades se assentassem na primeira fila da platéia, e que todos os membros do Colegiado comporiam a mesa pelo fato de que a posse é dada perante o Colégio de Procuradores, tendo o Doutor Ricardo Vicente dito que, na prática, as autoridades tomariam como atitude deselegante por parte da Instituição. A Doutora Leila Vilela sugeriu que, como não caberiam todos os membros do Colégio de Procuradores sentados à mesa, pela falta de espaço, seria chamados apenas o Procurador-Geral, o Corregedor-Geral, o Coordenador dos Centros Integrados, o Secretário e o empossado, e também o mínimo de autoridades, que seriam os representantes dos três poderes e o Presidente da OAB. O Doutor Demóstenes disse que havia determinado ao Departamento de

Patrimônio que estudasse a possibilidade de ser colocado um tablado para acomodação de outra fileira de assentos, de forma que coubessem, não só os membros do Colegiado, como as demais autoridades presentes, sugestão esta que foi por unanimidade aceita pelo Colegiado. Prosseguindo nos trabalhos o Dr. Alcir Raineri explanou sobre a questão do tratamento diferenciado que o Ministério Público vem enfrentando em relação ao orçamento, que vem sendo enxugado a cada ano, fazendo comparações com órgãos como o Tribunal de Contas, que sempre tem um orçamento a contento, o que foi rebatido pelo Dr. José Demóstenes. O Doutor Alcir Raineri falou que não é um problema do Procurador-Geral, mas que o Colégio de Procuradores deveria estar atento a estas questões e tentar resolvê-las. O Doutor Marco Antônio ressaltou que, mais grave que o problema orçamentário, a distribuição dos membros do Ministério Público no Estado é o desafio do próximo Procurador-Geral de Justiça. Em comparativo com a média nacional, que é de vinte e quatro mil e quatrocentos habitantes por Promotor de Justiça, no Tocantins tem-se um membro do Ministério Público para cada treze mil e duzentos habitantes, colocando-nos em situação favorável, porém delicada a considerar a concentração de Promotores de Justiça em algumas regiões e total ausência do *parquet* em outras. O Dr. Clenan Renaut ressaltou que o orçamento do próprio Tribunal de Justiça seria revisto, conforme matéria publicada em jornal de circulação estadual. O Dr. Demóstenes informou que, juntamente com a Doutora Leila Vilela, conseguiram uma melhora no orçamento no valor de R\$ 5.000.000,00 e que o Tribunal de Contas ficou com seu orçamento menor do que no ano anterior. A Dra. Leila Vilela falou que o orçamento proposto pelo Ministério Público foi recusado pelo fato da pretensão ser muito superior ao previsto, que é preciso estudar tecnicamente e estabelecer qual a realidade do órgão em relação ao orçamento. O Doutor Alcir Raineri, continuando a fazer suas considerações, ressaltou que o Ministério Público não deve ficar preso ao orçamento do Estado, e sim também, buscar recursos de outras fontes, em razão do Orçamento ser um tanto limitado. O Doutor João Rodrigues comentou sobre a atuação do Ministério Público, no sentido de que deve procurar racionalizar-se, seguindo o modelo de alguns Estados da Federação, como

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e discutir com o Tribunal de Justiça a redivisão das comarcas no Estado, para atender o fim maior que é o cidadão. A Doutora Leila Vilela falou das transformações que o Ministério Público terá de passar nesses dois anos que seguem, em termos de adequações nos cargos de membros da carreira, bem como no setor administrativo, ver qual a real necessidade de dar posse aos concursados. Destacou a priorização da Informatização do órgão no setor administrativo, como forma de minimizar os custos. A Doutora Vera Nilva disse estar aguardando repasse de documentação oriunda do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, onde o Ministério Público, através de Lei Estadual, detém 3,14% do Orçamento anual do Estado. O Doutor Demóstenes comentou que o Ministério Público do Tocantins está dentro do limite de 2%, que é previsão legal. A Doutora Leila Vilela falou de alguns atos de contenção de despesa que terá de adotar, principalmente com a telefonia fixa, que chega ao montante de aproximadamente R\$ 45.000,00 mensais; ressaltou o retorno do servidor Huan Carlos Borges Tavares, que estava cedido à Justiça Federal, para assumir a Diretoria de Informática; o convite ao Senhor José Maria Teixeira, com formação na área de Contabilidade, com vasta experiência, para assumir a Diretoria-Geral, estando à disposição de todos o seu *curriculum vitae*. Prosseguindo os trabalhos o Doutor José Demóstenes apresentou expediente encaminhado pela Doutora Eliana Curado, requerendo ao Presidente deste Colegiado que definisse os critérios de distribuição dos processos que tramitavam pela Secretaria da Assessoria Especial do Procurador-Geral, notadamente em relação a determinado processo que a ela fora encaminhado indevidamente. O Doutor João Rodrigues sugeriu que os autos fosse remetidos a outro Promotor de Justiça da mesma área de atribuição, tendo o Doutor Clenan Renaut ressaltado que o Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves atuou em referido procedimento. O Doutor João Rodrigues esclareceu que o Colégio de Procuradores já havia deliberado em outra oportunidade sobre a matéria, restando decidido que, quando um membro atua em determinado procedimento, cabe a ele permanecer na atuação até seu final, ressalvado os casos de impedimento, pelo que restou aprovada, por unanimidade, a proposta

do Dr. João Rodrigues de se remeter referidos autos ao Doutor Adriano César Pereira das Neves. O Dr. João Rodrigues sugeriu, ainda, que se transformasse a Secretaria das Promotorias Criminais Capital já existente, em Secretaria das Promotorias da Capital, para atender a distribuição de todas as demais áreas de atuação. Prosseguindo, o Doutor Demóstenes apresentou os Autos nº 012/2006, em que o Presidente da ATMP requereu o reconhecimento do direito aos membros do Ministério Público à correção monetária no pagamento do realinhamento, a partir da 25 parcela, por deliberação do Colégio de Procuradores. Colocada a matéria em discussão, o Dr. Ricardo Vicente propôs que os membros do Ministério Público abrissem mão do reajuste em decorrência da exiguidade de recursos do Estado. O Doutor Alcir Raineri propôs o encaminhamento do pedido à Diretoria da Folha de Pagamento para cálculo do percentual a ser corrigido, retornando os autos, ao depois, ao Colégio de Procuradores para posterior deliberação da matéria, proposta que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada, às 17:20 horas, a presente Sessão. Eu, \_\_\_\_\_ Cesar Augusto Margarido Zaratín, Secretário, lavrei a presente que, depois de conferida e assinada pelos Membros do Colégio de Procuradores, será encaminhada para publicação.

José Demóstenes de Abreu

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

Cesar Augusto Margarido Zaratín

Marco Antônio Alves Bezerra